



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Guerra fiscal	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Incentivos fiscais	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Economia	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
52 anos	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
DRF/Manaus	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Setor de plásticos terá que poluir menos	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Tucanos inimigos	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CNI	10
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Guerra fiscal	11
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow-Up	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
sim & não	13
OPINIÃO	
A CRITICA	
Governo do AM prepara minuta e visita ao STF	14
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Governo do AM prepara minuta e visita ao STF (continuação)	15
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Duas Rodas	16
ECONOMIA	
A CRITICA	
Tributos	17
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA	18
AMAZONAS EM TEMPO	
Para Omar, governador de SP é um 'ditadorzinho'	19
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Para Omar, governador de SP é um 'ditadorzinho' (continuação)	20
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO	
Contexto	21
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
ALEAM	22
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Editorial	23
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	24
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Amazonas prepara defesa contra ação paulista e articula audiência no STF.....	25
ECONOMIA	
MASKATE	
Fala Sério	26
OPINIÃO	
MASKATE	
Fala Sério (continuação).....	27
OPINIÃO	

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012.

CAPA

Indústria armada contra SP

O vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, informou que a entidade já entrou em contato com a Fiesp (Federação

das Indústrias do Estado de São Paulo) e acionou a CNI (Confederação Nacional da Indústria) para marcar uma audiência e defender a atividade do polo industrial

amazonense contra a iniciativa do governo paulista, que tenta no STF suspender as prerrogativas fiscais da Zona Franca de Manaus. O governador paulista Ge-

raldo Alckmin (PSDB) acusa o Amazonas de violar a Constituição Federal com seu regime tributário de concessões de incentivos fiscais. O representante da Fieam

disse que adiantou também que a Fiesp declarou não comungar com a decisão do governo paulista. O secretário da Fazenda, Isper Ibrahim, informou que o governo do

Estado e a PGE (Procuradoria Geral do Estado) aguardam notificação oficial do STF e já estão trabalhando na formulação da resposta à denúncia.

Página A5

Editorial

A Adin de São Paulo, a crise do PIM e a omissão da bancada federal no Congresso

Discursos inflamados marcaram a sessão de ontem da Assembleia Legislativa, engrossando a insatisfação manifestada pelo governador do Estado, Omar Aziz, contra as Ações Diretas de Inconstitucionalidade interpostas pelo governo de São

Paulo no Supremo Tribunal Federal contra os Estados do Amazonas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia.

A bancada situaçãoista, de forma unânime, repudiou a atitude do governador Geraldo Alckmin, pedindo a suspensão de normas permitindo a liberação de incentivos fiscais relativos à desoneração de ICMS sem

autorização do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

O gesto de Alckmin agride as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus e, portanto, constitui atitude hostil só comparável a do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que há dois meses garantiu à senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) a adoção de medidas urgentes, capa-

zes de amenizar a crise que assola o polo de duas rodas do PIM e aplacar o clima de demissões que já atingem 20 mil trabalhadores, relegados à própria sorte.

Seria bastante oportuno a Aleam também encaminhar Moção de Repúdio ao Palácio do Planalto protestando contra o recente pacote de concessões de estradas e ferrovias anunciado pela

presidente Dilma Rousseff, que discrimina o Amazonas. O tal pacote não resultou em um centavo sequer para a rodovia 319. E o pior de tudo foi o absoluto silêncio da bancada federal do Estado no Congresso contra o absurdo, um silêncio que pode custar caro a uma senadora e dois deputados federais que disputam as eleições majoritárias em Manaus.

Guerra fiscal

Indústria vai à luta por ZFM

Representantes das indústrias do PIM buscam articulação para defender a atividade como modelo de desenvolvimento regional

Por Juliana Geraldo

Independentemente das ações do governo estadual, o segmento industrial do Amazonas começa a tomar providências para evitar os graves efeitos sobre a competitividade do PIM caso a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4832, encaminhada ao STF (Supremo Tribunal Federal) pelo governo do Estado de São Paulo seja aprovada.

O governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB) acusa o Amazonas de violar a Constituição Federal com seu regime tributário de concessões de incentivos fiscais, considerado inconstitucional na interpretação paulista.

O vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, informou que a entidade já entrou em contato com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e acionou a CNI (Confederação Nacional da Indústria) para marcar uma audiência e defender a atividade do polo industrial amazonense.

"Esta é mais uma tentativa de agredir o modelo ZFM. Não estamos ferindo a Constituição e seguimos alertas para nos defender dos ataques. O governo do Estado já está tomando as providências e, enquanto isso, vamos proceder com as nossas", resumiu.

Ele adiantou também que a Fiesp declarou não comungar com a decisão do governo paulista.



Polo Industrial de Manaus é responsável pela preservação da cobertura vegetal no Amazonas

lista.

"Com a enorme deficiência logística do Amazonas, considerar inconstitucional a vantagem do PIM seria ferir de morte o modelo ZFM. Nós já perdemos muitas vantagens comparativas nos últimos anos, caso aprovada, a Adin será um grande desestímulo para novos investidores e uma razão para os já instalados aqui em repensar a decisão. Mais uma vez estamos em risco", alertou.

tou Azevedo.

O secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, Isper Abraham, que participou na segunda-feira (20), de reunião sobre o assunto, informou apenas que o governo do Estado e a PGE (Procuradoria Geral do Estado) aguardam notificação oficial do STF e já estão trabalhando na formulação da resposta à denúncia.

"Não temos a menor dúvida

de que estamos de acordo com a lei", reafirmou o secretário.

Defesa

Nelson Azevedo resume que o Estado de São Paulo sustenta a violação do artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea 'g', da Constituição Federal, combinado com os termos da Lei Complementar 24/75 e pede na Adin a concessão de medida cautelar para suspender a eficácia

dos incentivos.

"No artigo em questão, a concessão de benefícios fiscais deve ser regulada mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, ou seja, por meio do Confaz (Conselho Nacional da Política Fazendária). No entanto, a própria lei complementar n. 24 de 1975 garante autonomia ao Estado do Amazonas de legislar sobre a concessão do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) sem prévia aprovação do conselho por ser um modelo de exceção" explanou.

Segundo ele, essa é a questão a ser julgada pela ministra Rosa Weber, em julgamento ainda sem data prevista.

Por dentro

POLEMICA

➤ Na última semana, o governador paulista Geraldo Alckmin contestou no STF, por meio da Adin 4832, a desoneração de ICMS concedida pelo Amazonas e cobrou a obrigatoriedade de o Estado passar pelo Confaz para aprovar a concessão de benefícios fiscais;

➤ Na Adin, Geraldo Alckmin questionou dispositivos da Lei 2.826/2003, do Amazonas, e do Decreto Estadual 23.994/2003 que, segundo a ação, tratam da concessão de benefícios fiscais para fins de ICMS sobre produtos sem a autorização do Confaz.

➤ Os dispositivos questionados criam o chamado "crédito estímulo" e o "corredor de importação" como incentivos fiscais voltados à integração, expansão, modernização e consolidação dos setores industrial, agroindustrial, comercial, de serviços, florestal, agropecuário e afins, para o desenvolvimento estadual.

Incentivos fiscais

Rebecca defende Amazonas na guerra contra São Paulo

A vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, deputada Rebecca Garcia (PP/AM), utilizou a tribuna ontem (21) para defender o Amazonas na guerra fiscal contra o Estado de São Paulo em relação aos incentivos fiscais concedidos ao Polo Industrial de Manaus (PIM). Também aproveitou para pedir aos seus colegas de parlamento celeridade nas discussões sobre a Reforma Tributária.

A parlamentar se referiu ao assunto, porque na semana passada o Estado de São Paulo ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Estado do Amazonas para questionar os incentivos fiscais de crédito-estímulo do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) concedidos às empresas instaladas na Zona

Francesa de Manaus (ZFM), e também para pedir a suspensão dos tributos.

"Subi essa tribuna para ecoar no Congresso Nacional a defesa que o governador do Amazonas, Omar Aziz, tem feito para garantir a manutenção dos incentivos fiscais do polo industrial. Faz bem o governador Omar, que já providenciou junto à Procuradoria Geral do Estado do Amazonas o remédio jurídico, a contestação imediata. Tudo seria apenas mais um episódio da guerra fiscal, não fosse o fato principal: atacar a Zona Franca é atacar a floresta amazônica, com a evidente ameaça de deixá-la à mercê dos interesses internacionais", disse a parlamentar.

A deputada afirmou que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, deveria entender e aceitar a importância estratégica



Foto: Walter Mendes

"Reforma Tributária deve estabelecer desenvolvimento harmônico"

gica do modelo de desenvolvimento que torna o Amazonas competitivo e oferece as ferramentas para participar da integração brasileira.

"Resta-nos o apelo para que o governador Geraldo Alckmin, que foi candidato a presidente da República e nesta condição deveria ter uma visão mais ampla do Brasil, para que deite um olhar de Estado, uma visão de estadista, sobre a questão dos incentivos fiscais da Zona Franca. O nosso polo industrial tanto é a base para a ocupação econômica da Amazônia, quanto emprega a mão de obra que, de outra forma, estaria voltada para a exploração da floresta, com grave risco de promover o desmatamento e ameaçar ainda mais a fauna ali existente".

Al final de seu discurso, Rebecca Garcia ainda pediu que

seus colegas de parlamento se comprometam para garantir celeridade nas discussões sobre a Reforma Tributária. "O Congresso tem a obrigação de entender este processo e acelerar a reforma fiscal, estabelecendo novo arcabouço legal e privilegiando o desenvolvimento nacional harmônico. Uma Amazônia Legal pujante, dispondo de instrumentos para auferir receitas e arcar com seus projetos, é interessante para todos os demais Estados, inclusive São Paulo. Pois, concentração econômica atrai o êxodo populacional. Com quase 30 milhões de habitantes na Grande São Paulo, o governo paulista deveria se unir a todos nós, do Amazonas e outros Estados de economia ainda em desenvolvimento, para criar outros nichos de migração interna".

Economia

Siemens avalia milhares de cortes de empregos

O conglomerado alemão de engenharia Siemens está avaliando cortar milhares de empregos em resposta ao enfraquecimento da economia, particularmente na Europa, publicou um jornal da Alemanha.

As decisões podem ser tomadas em outubro ou novembro, publicou o *Boersen-Zeitung*, que não citou fontes. A informação surge em meio a crescentes sinais de que a economia da Alemanha, que permaneceu relativamente robusta por grande parte da crise de dívida da zona do euro,

está perdendo impulso.

A Siemens, maior companhia da Alemanha em valor de mercado, divulgou em julho uma grande queda em novas encomendas em meio a postergações de investimentos por clientes que estão enfrentando a crise europeia. Na ocasião, a companhia informou que os objetivos anuais seriam difíceis de serem alcançados. Na Alemanha apenas, as encomendas caíram 43% nos nove primeiros meses do ano fiscal da companhia. No final de junho, a Siemens empregava 410 mil pessoas, 129 mil delas na Alemanha.

52 anos

Deputados homenageiam Fieam

Durante o evento não faltaram críticas ao governo do Estado de São Paulo pela guerra fiscal contra o Amazonas

Em Sessão Especial realizada no plenário Ruy Araújo, da Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas), proposta pelo deputado estadual Adjuto Afonso (PP), a Fieam (Federação das Indústrias do Amazonas) foi homenageada pela passagem dos seus 52 anos. A sessão, presidida pelo deputado e presidente do Poder, deputado Ricardo Nicolau (PSD), contou com as presenças de diversas autoridades, dentre as quais o desembargador João Simões, representando o TJAM (Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas); e Tomaz Afonso Nogueira, superintendente da Zona Franca de Manaus.

Para Adjuto Afonso, a homenagem à instituição foi mais do que justa porque reconhece os relevantes serviços prestados pela Fieam à população do Amazonas. Adjuto, Thomaz

Nogueira e Ricardo Nicolau entregaram uma placa comemorativa ao presidente da Fieam, Antônio Carlos da Silva.

De acordo com Ricardo Nicolau, o Sistema Fieam transmite coerência e foco nas ações implementadas no Amazonas, com sensibilidade na visão de futuro da indústria brasileira, unindo qualidade nos produtos e nos serviços oferecidos.

Para Nicolau, a Fieam tem atuado com decisão firme na defesa dos interesses do Amazonas, objetivando manter as garantias constitucionais, no sentido de impedir que ações de outros Estados prejudiquem o PIM. O deputado Marco Antônio Chico Preto (PSD) destacou a atuação da Fieam no Amazonas, principalmente, na defesa da ZFM.

Na ocasião, ele criticou a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ajuizada pelo governador de São Paulo, Ge-



Fotos: Divulgação/Aleam

A entidade sempre teve papel preponderante no desenvolvimento industrial do Estado

raldo Alckmin (PSDB), que tenta anular as vantagens comparativas da ZFM para que as indústrias aqui instaladas migrem para o Estado de São Paulo. A deputada Conceição Sampaio (PP) foi outra a elogiar o trabalho executado pela Fieam, afirmando que "são 52 anos de atuação honesta e serviço sério em prol do desenvolvimento da economia do Amazonas".

Para Antonio Silva, os 52 anos da Fieam se apresentam como uma oportunidade para refletir sobre o papel da entidade ao longo das últimas décadas em defesa da indústria amazonense. Ele também criticou o governo paulista e disse que a Fieam acompanhou o trabalho da bancada federal do Estado no Congresso Nacional, municiando deputados e senadores com dados importantes para a ação de resistência aos constantes ataques ao PIM.

DRF/Manaus

Arrecadação federal em sete meses soma R\$ 6,27 bi

Entre janeiro e julho deste ano, a arrecadação de tributos federais no Amazonas já somou R\$ 6,27 bilhões, acréscimo de 6,4% sobre o mesmo período do ano passado, quando R\$ 5,89 bilhões foram recolhidos. Só em julho, a arrecadação foi de R\$ 898,93 milhões, 5,4% a mais frente ao mesmo mês de 2011.

O levantamento divulgado ontem pela DRF/Manaus (Delegacia da Receita Federal em Manaus) aponta que as ativid-

des do comércio varejista, das fábricas de produtos de informática e eletroeletrônicos e das indústrias de bebidas garantiram o acréscimo no acumulado do ano, com arrecadações de R\$ 106,56 milhões, R\$ 69,53 milhões e R\$ 59,43 milhões, respectivamente.

Enquanto isso, as retrações continuaram a ser verificadas na fabricação de motocicletas (-R\$ 127,24 milhões), na produção de artefatos de borra-

cha e de material plástico (-R\$ 26,80 milhões) e na fabricação de máquinas e equipamentos (-R\$ 14,89 milhões).

Entre os tributos, o maior avanço foi anotado no recolhimento de R\$ 107,035 milhões referentes ao IRPF (Imposto de Renda – Pessoa Física), avanço de 18,35% sobre o acumulado de 2011.

E o maior recuo foi verificado na arrecadação do IPI, denotando a fraca atividade

industrial do Estado. Foram recolhidos R\$ 55,30 milhões, 30,7% a menos no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

De acordo com o relatório da DRF/Manaus, só em julho a arrecadação do tributo vinda das fábricas do polo de duas rodas sofreu retração de 91% enquanto o recolhimento proveniente da produção de bebidas caiu 66,5% no mesmo período.

Números

OUTRO TRIBUTOS (JAN – JULHO)

IRPJ	R\$ 691,31 milhões	+ 4,37%	
IRRF	R\$ 554,45 milhões	+ 9,69%	
Cofins	R\$ 1,65 bilhão	- 1,44%	
PIS/PASEP	R\$ 438,98 milhões	+3,91%	
CSLL	R\$ 584,93 milhões	+6,48%	
Outras Receitas	R\$ 10,18 milhões	+2,35%	
Rec. Previdenciária	R\$ 1,93 bilhão	+13,89%	

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012.

Setor de plásticos terá que poluir menos

Ministro Fernando Pimentel adianta nova política industrial para o setor a fim de obter redução na tributação

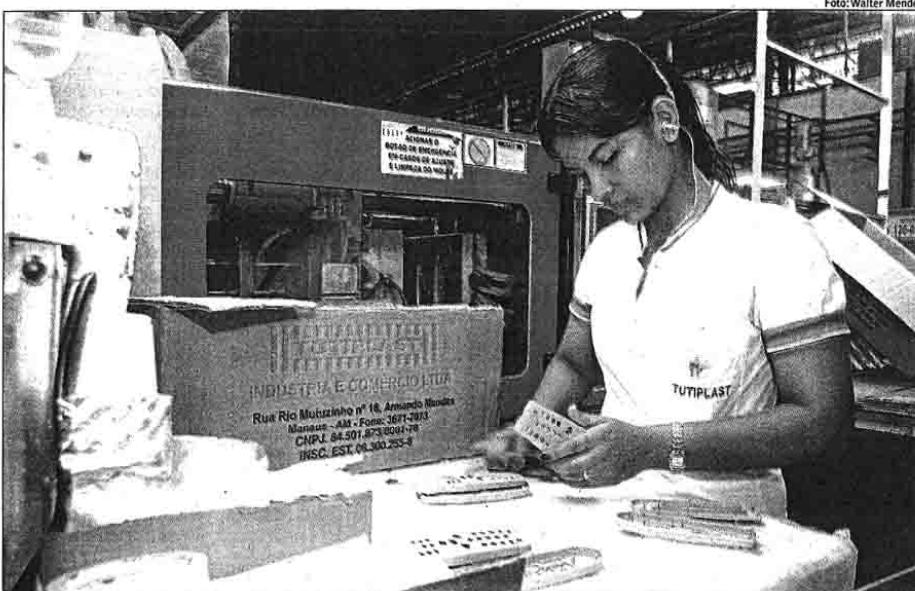


Foto: Walter Mendes

Boa parte da cadeia produtiva terá de se adaptar às condições da política industrial do governo, segundo o ministro do Mdic

O ministro Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio) declarou ontem, durante evento na CNI (Confederação Nacional da Indústria), que o governo prevê uma política industrial "nos moldes do novo regime automotivo" para o setor de plásticos.

O novo regime automotivo, que será anunciado entre esta semana e a semana que vem para valer entre 2013 e 2017, caracteriza-se pela exigência de redução de emissões de CO₂ e priorização de peças e tecnologia nacional na fabricação de veículos. Em troca, as montadoras têm direito a pagar menos IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

"No regime automotivo já há metas de redução, de eficiência energética", disse Pimentel. "Sentamos hoje (ontem) com um outro setor, que é o setor de plásticos, para desenhar uma política industrial que também busque

metas de redução de emissões, busca de eficiência energética e aquisição de novos conhecimentos. Essa virou uma peça fundamental da agenda econômica".

O ministro não forneceu mais detalhes sobre o programa para o setor de plásticos. Questionado sobre a abrangência da nova política, se seria para toda a cadeia, ele se limitou a responder que é para "boa parte" do setor. Pela manhã, Pimentel se reuniu com a Abipet (Associação Brasileira da Indústria do PET).

O ministro disse ainda que a indústria brasileira não vai recuperar uma competitividade do século 20. "Isso já passou. Agora teremos competitividade com taxas de juros mais baixos, câmbio ajustado e inflação reduzida. Além disso, temos três pilares claros: a tecnologia, o conteúdo nacional e a sustentabilidade ambiental e social. Essa que é a competitividade do século 21", disse.

O governo e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) assinaram ontem um acordo para elaborar um plano de redução de gases do efeito estufa pelo setor produtivo em 5% até 2020. O documento foi assinado pelo

ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A princípio, a emissão de po-

luentes será reduzida nas seguintes áreas: alumínio, cimento, papel e celulose, química, cal, vidro e ferro-gusa (usado na fabricação de aço). "Estamos presenciando uma profunda mudança. É a primeira vez que o governo e o setor

produtivo acordam entre si um programa que já tem uma meta voluntária, de redução de 5%", afirmou Pimentel. "Precisamos providenciar inventários, mediadores de emissões, financiamentos e reduções tributárias, mas

isso já está em curso".

"Da mesma forma que o país tem avançando em termos de redução do desmatamento, tem que usar isso a seu favor para a modernização do seu parque industrial. O que é vantagem com-

parativa passa a ser vantagem competitiva", disse Teixeira.

A parceria prevê a criação da CTI-PIn (Comissão Técnica do Plano Industrial) para implementação do Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria.

Tucanos inimigos

Adin paulista atinge o PIM e a UEA

O deputado estadual Marco Antônio Chico Preto (PSD) criticou ontem, na Assembleia Legislativa, a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo governo de São Paulo contra o Estado do Amazonas. Na Adin, o Executivo paulista questiona, junto ao Supremo Tribunal Federal, os incentivos fiscais concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM) e pede que estes sejam suspensos.

Segundo o parlamentar, a Adin paulista atinge não só a economia do Estado, mas também 30 mil alunos da Universidade Federal do Amazonas (UEA). "O governador de São Paulo quer acabar com mais de 130 mil postos de trabalho no PIM e prejudicar 30 mil alunos da UEA, porque é através do crédito-estímulo que hoje esses jovens encontram um caminho para o futuro. Quer acabar não só com postos de trabalho, mas sacrificar o destino de mais de 30 mil jovens, acabar com a educação superior de qualidade que nosso povo conquistou", afirmou.

Chico Preto citou ainda o artigo 15 da Lei 24/1975 para sustentar a legalidade dos incentivos concedidos ao Amazonas. "A legislação diz que todos os Estados da Federação para



"Alckmin quer acabar com 130 mil postos de trabalho no PIM e sacrificar 30 mil alunos da UEA"

concessão de crédito e estímulo às suas indústrias precisam de convênio junto ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), salvo o Amazonas. E esta legislação foi recepcionada pelos atos das disposições constitucionais transitórias pela Constituição de 88", lembrou, acrescentando que somente os incentivos concedidos pelo governo federal e pela Suframa não seriam suficientes para manu-

tenção das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus e dos mais de 130 mil empregos ali existentes.

Rotta

Para o deputado estadual Marcos Rotta (PMDB), a nova investida do governo de São Paulo contra o Amazonas é mais uma tentativa de tirar do Estado as garantias legais e constitucionais asseguradas ao modelo

Zona Franca de Manaus, com mais de 40 anos de existência.

Ao avaliar o histórico do PSDB, com relação ao PIM, Rotta destacou que o ex-ministro de Planejamento José Serra, durante a gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Palácio do Planalto, chegou a defender até a intervenção no PIM. Ele lembrou que o próprio FHC, quando presidente da República, se declarou inimigo do PIM.

CNI

Produção industrial brasileira avança em julho

A produção industrial cresceu em julho, segundo pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nessa terça-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O indicador mostra que no sétimo mês a produção marcou 51,1 pontos, contra 45,5 pontos no resultado de junho e 50,1 pontos de julho do ano passado.

Essa pesquisa considera valores entre zero e 100 pontos, em uma escala na qual números abaixo de 50 indicam contração e acima disso são positivos.

"Mesmo com aumento da atividade industrial em julho frente a junho, o setor repetiu no início do segundo semestre o baixo desempenho dos primeiros seis meses do ano e continuou acumulando estoques", disse a CNI em relatório. O indicador de estoques efetivos em relação ao planejado atingiu 52,5 pontos em julho, frente 52,2 pontos em junho.

O nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) ficou em 73% em julho ante 72% em junho e no mesmo patamar de julho de 2011. Segundo a CNI, a "utilização da capacidade instalada continua abaixo do usual para o período, os estoques cresceram pelo terceiro mês seguido e o processo de escoamento de estoques indesejados segue de maneira lenta".

Outra medida que mostra o ritmo ainda lento de recuperação é o índice de utilização da capacidade instalada em relação ao usual para o mês, a 43,4 pontos em julho ante 41,8 pontos em junho. Segundo a CNI, esse indicador continua abaixo da linha dos 50 pontos desde dezembro de 2010, o que denota que a utilização da capacidade instalada está abaixo do usual.

A Confederação acredita que o baixo crescimento da produção não estimula o au-

mento do emprego. O indicador relativo ao número de empregados do setor ficou em 48,5 pontos em julho ante 47,2 pontos em junho, também abaixo dos 50 pontos.

Expectativas - Segundo a CNI, apesar do cenário desfavorável, as expectativas dos empresários industriais seguem otimistas. Em relação a agosto, o indicador de expectativa para o aumento da demanda ficou em 58,5 pontos (58,4 pontos em julho).

Porém, as expectativas quanto às exportações caíram de 53,9 pontos no sétimo mês para 52,4 pontos no oitavo, ainda que acima da linha de otimismo. O mesmo movimento descendente foi visto na expectativa com relação a compras de matéria-prima: o indicador marcou 55,2 pontos em agosto ante 55,9 pontos em julho. Para o número de empregados, o nível de expectativa ficou em 51,2 pontos em agosto ante 51,4 pontos em julho.



Guerra fiscal

Castro aponta manipulação eleitoreira e defende PSDB

O deputado Luiz Castro (PPS) repudiou a tentativa de se fazer uso político-eleitoreiro da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), contra a isenção de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias no Amazonas e em outros quatro Estados. "Também repudiou a posição do governador Alckmin, mas essa não é uma posição do PSDB como um todo", disse.

A Adin pede que o STF torne sem efeito o artigo 15 da Lei Complementar Federal 24/75, que trata da concessão de isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A lei embasa a legislação estadual de Incentivos Fiscais da ZFM (Lei 2826/03), que permite ao Estado outorgar benefícios fiscais relativos ao imposto, apesar de o Amazonas já possuir prerrogativas para conceder incentivos, a partir de instruções da Constituição Federal.

"A atitude do governador Alckmin mostra a pequenez da sua visão, ao não vislumbrar o país além de seu próprio umbigo", criticou deputado Luiz Castro. Para ele, essa não é

uma posição coletiva do PSDB, que possui lideranças em seu quadro nacional que defendem a importância da ZFM.

Castro lembrou que o ex-senador Arthur Virgílio Neto também já havia rompido com o governador paulista quando Alckmin manifestou a intenção de adotar medidas que ferem o Polo Industrial de Manaus (PIM). "O governador Alckmin atua de forma provinciana, sem perceber a importância da ZFM para o Brasil", disse.

O deputado avalia que muitos tentam neste momento utilizar de forma eleitoral o ato discricionário do governador paulista para atingir a candidatura de Arthur, que lidera as pesquisas de intenção de voto para a Prefeitura de Manaus. "O senador Arthur já se posicionou de maneira clara e firme, contra a iniciativa do governador Alckmin", afirmou.

Apesar dos ataques do governopaulista, o deputado Luiz Castro avalia que os ministros do Supremo vão reafirmar as garantias constitucionais do PIM, a partir das prerrogativas da ZFM. "As garantias do Amazonas são constitucionais. Não são vantagens advindas de leis ordinárias.

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012.

Follow-Up



O 'cluster' de duas rodas

Comparando-se os meses de julho de 2012 e de 2011, as vendas no atacado dos veículos de duas rodas no país foram 46,2% menores, enquanto a produção sofreu uma retração de 52,7%, o que espelha o grau das dificuldades do setor, que tem o seu parque fabril integralmente radicado no polo industrial de Manaus. Além dos prejuízos dos movimentos paredistas de funcionários da fiscalização federal, a restrição ao crédito e a queda na liberação de financiamentos também atingem negativamente o segmento de motocicletas, um 'cluster' industrial de grande importância para a economia da ZFM.

Pelos dados divulgados pela Abraciclo – Associação

Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares –, em julho o volume dos veículos de duas rodas vendido no atacado foi 46,2% menor, com 86.757 unidades, ante as 161.292 unidades registradas em igual mês de 2011, posicionando-se como resultado mensal mais baixo desde dezembro de 2008, quando o segmento foi afetado pela crise econômica mundial. Em relação ao mês passado, a retração foi de 37,5%.

Abordando o assunto, Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo comentou: "Em linhas gerais, a queda nas vendas e na produção reflete a necessidade de ajustar os estoques existentes nas con-

cessionárias. Vale lembrar que, neste mês, as fábricas estenderam o período de férias previamente programadas. O ritmo da produção diária também foi reduzido. Com os ajustes feitos, a produção total foi equivalente à metade da registrada em julho de 2011. A partir de reuniões com instituições financeiras, a entidade representativa do segmento já encaminhou recomendações às suas associadas, visando obter maior qualidade nos processos de financiamento para os consumidores de motocicletas". Referindo-se à questão dos financiamentos, Fermanian informou: "Como apenas 15% das propostas de financiamento são aprovadas pelos bancos, nosso desafio é elevar o patamar para 30 ou 40% e, com isso, teremos um avanço importante para a recuperação dos negócios".

O 'cluster' de duas rodas tem grande significado econômico para a ZFM, razão pela qual seu arrefecimento causa preocupação às entidades empresariais locais. Além da dimensão tecnológica da cadeia de produção desse motor de crescimento, os efeitos pro-

pulsores que projeta são de grande importância para a economia estadual. Levando em conta esse aspecto, seria oportuna a intervenção política do Governo do Amazonas na esfera federal visando abreviar o momento adverso que o segmento atravessa.

Com os ajustes feitos, a produção total do setor de duas rodas foi equivalente à metade da registrada em julho de 2011

Números preocupantes

Um estudo feito recentemente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo estimou que as más condições das estradas, a pequena capacidade das ferrovias, a burocracia e o sucateamento dos portos e o custo de armazenagem oneram a indústria paulista com gastos adicionais

de R\$ 17 bilhões por ano. Estudo mais amplo realizado pela Fundação Dom Cabral, de Belo Horizonte, considerando o total do país e dos setores econômicos, chegou à conclusão que a falta de investimentos públicos em logística (transporte e armazenagem) provoca perdas anuais de US\$ 80 bilhões para as empresas brasileiras, o que reduz ainda mais a competitividade da indústria nacional. A Fundação Dom Cabral estima que os gastos das empresas brasileiras com transporte de cargas alcançam 12% do PIB, mas do que é gasto na China (8%) e na África do Sul (9%). Com os investimentos que estão sendo feitos nesses países, esse custo deve cair para 7% do PIB. No Brasil, por causa da falta de investimentos, há o risco desse custo chegar a 20% do PIB nos próximos anos. Em razão da insuficiência de investimentos, a infraestrutura de transportes não evoluiu nem a velocidade da economia. Em termos relativos, é como se a nossa infraestrutura estivesse submetida a um processo permanente de deterioração. Nesse aspecto, estamos retrocedendo. Por outro lado, a China, ciente da importância da logística no mundo moderno, ampliou em pouquíssimo tempo sua infraestrutura para atender o vertiginoso crescimento econômico obtido nos últimos anos. Em três anos, construiu uma ferrovia de 2 mil quilômetros em região montanhosa. São medidas como essa que causam impacto favorável na logística de um país. No Brasil, em contraste, a Ferrovia Norte-Sul, de 2,3 mil quilômetros de extensão (com a inclusão da Transnordestina e da Ferronordeste), iniciada em 1987 e prometida pelo governo Lula para 2010, ainda não tem data para conclusão.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

sim & não

Adin racha oposição na Assembleia

A ação do governador de SP, Geraldo Alckmin (PSDB), contra a ZFM fez a oposição entrar em choque ontem na ALE-AM, quando o deputado Marcelo Ramos (PSB) disse que o PSDB comprehende o Brasil como a Avenida Paulista. Em reação, o colega Luiz Castro (PPS), cujo partido cedeu o vice da chapa tucana em Manaus, replicou: "Essa tentativa de atacar todo o PSDB é eleitoreira". Castro teve depois que ouvir o deputado José Ricardo (PT) reafirmar: "Esse partido (PSDB) não gosta mesino da Zona Franca".

Só o ponto O PSDB ficou sem voz ontem na ALE-AM para se defender da tentativa de vincular a imagem de Artur à ação de Alckmin. Único da sigla na Casa, o deputado Artur Bisneto até que chegou cedo ao trabalho, mas bateu o ponto e sumiu do plenário.

Mãe Do governador Omar Aziz (PSD), ao comentar a repercussão no País da reação da classe política do Amazonas à denúncia do Governo de São Paulo contra o AM: "Mexer com a Zona Franca de Manaus é como mexer com a mãe da gente".

Aniversário Supreso com o grande número de servidores da Casa em seu aniversário, ontem, o presidente do Poder, Ricardo Nicolau (PSD), olhou

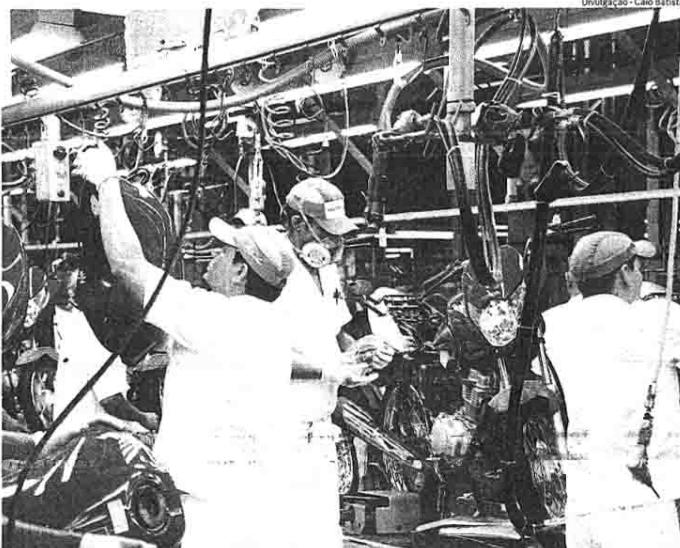
Governo do AM prepara minuta e visita ao STF

A Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) apresentará, na próxima semana, ao governador Omar Aziz (PSD), a minuta da defesa que será levada ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde o Governo de São Paulo ajuizou, na sexta-feira, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), sob o argumento de que o artigo 15 da lei complementar 24/1975 é anterior à Constituição Federal de 1988, portanto o Amazonas não poderia usá-la para conceder crédito estímulo de até 100% por meio do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Foi o que informou ontem o procurador-geral do Estado, Clóvis Smith, acrescentando que o Governo do Amazonas ainda não tinha sido notificado oficialmente pelo STF da ação movida pelo Governo de São Paulo, o que impede por enquanto a PGE de formatar completamente a peça contestatória à Adin, embora já esteja trabalhando no esboço dela.

“Na próxima semana, submeteremos a minuta à apreciação do governador Omar Aziz. Vamos agendar visita aos ministros do Supremo para conversar com eles. Não é o caso de ajuizar uma segunda ação, porque essa ação tem característica peculiar”, explicou a CRITICA Clóvis Smith.

Na Adin, o Governo de São Paulo alega que os incentivos de crédito estímulo via ICMS concedidos pelo Amazonas não têm o respaldo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), instância em que os Estados, por meio de suas Secreta-



A política de incentivos fiscais do modelo Zona Franca é que mantém o Polo Industrial de Manaus competitivo



O governador Omar Aziz planeja se reunir com ministros do Supremo

Frase

“

“Vamos agendar visita aos ministros do Supremo para conversar com eles.”

Clóvis Smith
Procurador-geral do Estado

rias de Fazenda, endossam ou não políticas fiscais que venham a ser propostas pelos governos estaduais.

O procurador se declarou otimista quanto ao desfecho favorável ao Amazonas no STF, uma vez que a Constituição Federal recepciona o código fiscal relacionado ao modelo ZFM.

“A lei complementar 24/75 é federal e outorga o Amazonas o direito de editar incentivos sem passar pelo Confaz. Essa será a apresentação da nossa defesa”.

Ontem, pela manhã, na As-

sembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM), onde participou de uma sessão em homenagem aos 52 anos da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), o presidente da entidade, Antonio Silva, disse que a Adin do Governo de São Paulo é inconstitucional e, de quebra, constitui “ato de desobediência civil”.

“A federação tem que estar sempre vigilante para as ações, as PECs, as medidas provisórias”, disse Antonio Silva. “O governador Geraldo Alckmin

(PSDB) deveria saber que a Constituição deve ser respeitada e que os incentivos fiscais concedidos no Amazonas têm amparo constitucional”, declarou o líder empresário.

FORA DE CONTEXTO

O superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, disse que a Adin se trata de uma medida “absolutamente extemporânea” e fora de contexto.

“Didaticamente é o seguinte: todo código tributário foi recep-

cionado, continuou valendo no novo regime constitucional. A lei complementar que regulamenta o funcionamento do Confaz continua em vigor, não há nenhum motivo jurídico na ação que eles impetraram de que o artigo 15 não está funcionando”, esclareceu o superintendente Thomaz Nogueira.

São cinco Adins impetradas pelo governador de São Paulo questionando a concessão de incentivos fiscais. Os outros Estados são Rio de Janeiro, Bahia, São Catarina e Mato Grosso do Sul.

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012.

Governo do AM prepara minuta e visita ao STF (continuação)

Braga aciona Dilma e Lula

Senador se encontrará com ex-presidente na sexta-feira; Rebecca faz apelo a Geraldo Alckmin

ANTÔNIO PAULO

antonio.paulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O líder do Governo no Senado e coordenador da bancada do Amazonas, no Congresso Nacional, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), disse ontem que, independentemente das ações e recursos que o Governo do Estado está tomando junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), com relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) do Estado de São Paulo contrária aos interesses do Amazonas, ele fará gestões políticas no Palácio do Planalto. Disse que vai conversar com a presidente Dilma Rousseff e pedir aconselhamentos políticos ao ex-presidente Lula, com quem se encontrará na sexta-feira, em São Paulo.

"A Adin que está no STF trata de uma questão jurídica entre os Governos de São Paulo e Amazonas. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) está analisando o que deve ser feito. Ago-



Divulgação - Internet

O senador Eduardo Braga e deputada federal Rebecca García em ação

ra, aguardamos uma nota técnica do procurador-geral dando conta desses movimentos para que a bancada de deputados federais e senadores do Amazonas possa se mexer dentro do Congresso Nacional. Eu vou pessoalmente conversar com a

presidente Dilma e com o ex-presidente Lula para ver o que podemos fazer do ponto de vista político", declarou Braga.

Para o líder do Governo, a denúncia de São Paulo é uma covardia contra a Zona Franca de Manaus e o Amazonas como um todo.

"Todos sabem que o PSDB sempre foi contra o modelo econômico que sustenta o nosso Estado. Há muito tempo isso vem ocorrendo, desde o presidente Fernando Henrique Cardoso; quando o (José) Serra foi ministro do Planejamento e governador o (Geraldo) Alckmin nas duas vezes à frente do Governo de São Paulo. O PSDB sempre foi contra o Estado do Amazonas daí os resultados das últimas eleições nada positivos", disse Braga.

A vice-líder do Governo na Câmara, deputada Rebecca García (PP-AM), foi ontem à tribuna defender o Amazonas. "Resta-nos o apelo para que o governador Geraldo Alckmin, que foi candidato a presidente da República e nesta condição deveria ter uma visão mais ampla do Brasil ter visão de estadista sobre a questão dos incentivos fiscais da Zona Franca", discursou Rebecca. A deputada pediu aos colegas de Parlamento pressa nas discussões da reforma tributária que, segundo ela, vai pôr fim à guerra fiscal entre os Estados brasileiros.



"Rompi com o Alckmin"

O ex-senador Artur Neto (PSDB) repudiou ontem, por meio de nota, a atitude de quem quer transformar o caso da Adin do Governo de São Paulo contra os incentivos do Amazonas em um factóide eleitoreiro. "Sou a favor da Zona Franca e sempre serei contra quem atacar nosso modelo econômico, não importa a cor partidária ou se é presidente ou governador ou ministro ou quem quer que seja", disse o ex-senador. Em matéria publicada na FolhaPress, o prefeiturável tucano disse que rompeu com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). "Politicamente estou rompido com ele (Alckmin), pois é uma pessoa que foi candidato à Presidência da República e não consegue deixar de ser provocante", afirmou Artur.

Deputados e vereadores protestam

A Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) e a Câmara Municipal de Manaus (CMM) entraram, ontem, na briga contra o Governo de São Paulo que questiona, por meio de uma Adin, os incentivos fiscais concedidos às indústrias da ZFM.

Na ALE-AM, os deputados Chico Preto (PSD) e Marcelo Ramos (PSB), atacaram, indiretamente o candidato a prefeito pelo PSDB, Artur Neto. Chico Preto é da base do governador Omar Aziz (PSD) que apóia a candidata à prefeita Vanessa Grazziotin (PC do B). E Marcelo a vice-prefeito na chapa de Serafim Correa (PSB).

O deputado Luiz Castro (PPS), defendeu Artur. "Quero declarar o nosso repúdio, mas com clareza é o governador de São Paulo. Não é o PSD do Amazonas", disse. Hissa Abrahão, do PPS, é candidato a vice-prefeito na chapa de Artur.

Na CMM, moção de repúdio ao governador de SP, proposta por Waldeimir José (PT), recebeu adesão de 20 vereadores.

Duas Rodas

Ajudas chega em setembro

Ministério da Fazenda prometeu para este mês ajuda para tirar os fabricantes de motocicletas da situação difícil que vivem

CINTHIA GUIMARÃES
cinthiaguimaraes@acritica.com.br

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, disse ontem que até setembro o Ministério da Fazenda deve anunciar as medidas de apoio ao setor de duas rodas, considerado por ele "o maior carro chefe do polo industrial".

Antônio Silva vez essa declaração durante a sessão na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) em homenagem aos 52 anos da Fieam, advertindo que na reunião dos empresários brasileiros com a presidente Dilma Rousseff no mês passado foram apontados os entraves ao desenvolvimento da economia amazonense.

"Lá, colocamos todas as dificuldades que temos como em relação à BR 319 (Manaus-Porto Velho) e da política ambientalista para o nosso Estado; a construção do Porto das Lajes; o caso do aeroporto internacional Eduardo Gomes que está se ampliando, mas não está se pensando em uma pista alternativa", disse Silva.

O superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, destacou o senso de urgência das medidas que deverão ser adotadas pelo

Recordes

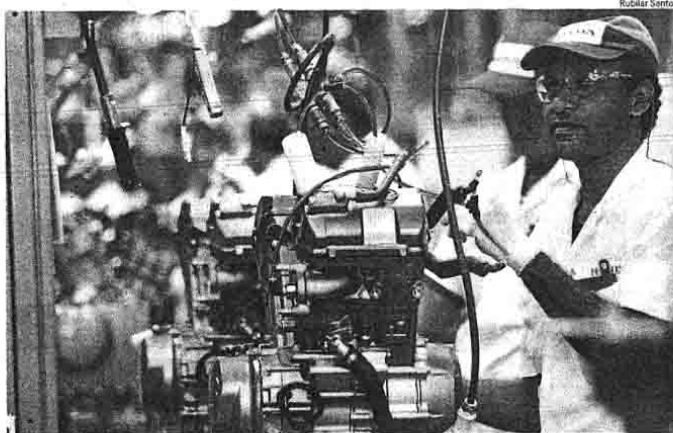
Para Antônio Silva, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) tem muito a comemorar, principalmente, por sempre conseguir bater recordes e continuar contribuindo para a arrecadação do País.

Governo Federal.

FATURAMENTO

No mesmo evento, Thomaz Nogueira, afirmou ontem que o Polo Industrial de Manaus (PIM) deve fechar o ano com faturamento na casa dos R\$ 62 bilhões, 10% menor que os R\$ 68,9 bilhões arrecadados em 2011. Nogueira atenuou o assunto, apesar do volume de demissões deste ano e do tímido crescimento na produção. Para ele, "este é um ano de ajustes".

"Vamos crescer em produção física, muito discretamente por conta do recuo no polo de duas rodas; vamos crescer no setor de eletrônico, um crescimento de 20% em televisão; e vamos crescer em produção física, muito discretamente no valor por conta dos aspectos pontuais. Vemos no início do ano os proble-



Setor de duas rodas padece com alguns problemas estruturais, entre eles a falta de crédito para o consumidor final



Antonio Silva apontou os gargalos ao desenvolvimento



Thomaz Nogueira mostrou-se otimista com o PIM

mas com a cadeia de ar-condicionado, com ciclomotores. Esse ano é um ano de ajuste", pontuou.

Otimista, Nogueira acredita que há como recuperar os 14 mil empregos perdidos ao longo desse ano, uma vez que o problema enfrentado pelo PIM está relacionado à cadeia de duas rodas. Este ano, a restrição dos bancos em financiar motocicletas inibiu o consumo no País, fazendo com que as fábricas do setor redimensionassem sua produção.

Para o superintendente, a questão do polo de duas rodas é conjuntural. "Nós vamos vencer isso. O polo de duas rodas voltará a ter crescimento expressivo, e os outros estão crescendo. É que ele é muito grande e muito representativo. É o polo mais diversificado, mais verticalizado, isso é importante pra nós. Não significa que temos um problema sistêmico na ZFM. Nós temos um problema no acesso ao financiamento de motocicletas", explicou.

O polo de duas rodas representa 21,76% do faturamento geral do PIM, segundo os indicadores da Suframa de junho.

PESQUISA CNI

A indústria cresceu pouco em julho e continuou acumulando estoques, segundo a sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada ontem.

Tributos

Camex altera alíquotas do II

Diário Oficial trouxe mudanças nas alíquotas do Imposto de Importação para produtos de informática e telecomunicações

BRASÍLIA (AE E REDAÇÃO) A Câmara do Comércio Exterior (Camex) publicou, na edição de ontem do Diário Oficial da União, resoluções que alteram para 2% as alíquotas do Imposto de Importação (II) de vários produtos de informática, de telecomunicações e bens de capitais novos e não produzidos no Brasil. Essa nova alíquota será válida até 31 de dezembro de 2013.

O economista e consultor industrial José Laredo acredita que a medida do Camex não deverá impactar na indústria local, visto que "o Polo Industrial de Manaus (PIM) já está viabilizado há muito tempo pela Lei de Informática".

A resolução Camex 60/12 apresenta a relação de 502 ex-tarifários simples (mechanismo de estímulo aos investimentos produtivos no País por meio da redução temporária do Imposto de Importação), para bens de capital, sendo 228 referentes à renovação do benefício já existentes e 274 relacionados à concessão

Sardinha

Outra resolução da Camex publicada foi a 58/12, que determina a redução temporária da alíquota do Imposto de Importação que incide sobre a sardinha congelada, de 10% para 2%, por 180 dias, limitada à quota de 50 mil toneladas.



Euzivaldo Queiroz / Arquivo A CRITICA

de novos benefícios fiscais. Já a resolução Camex 61/12 trata de 28 ex-tarifários simples para bens de informática e telecomunicação, sendo 21 de renovação e sete de novos pedidos.

Em outra resolução (59/12), a Camex alterou a Lista Brasileira de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações. A medida modifica alíquotas do Imposto de Importação para os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Os equipamentos de alimentação ininterrupta de energia, conhecidos também por UPS ou no-break, tiveram aumento de 14% para 20%. Os cartões de memória tiveram elevação de alíquota de 0% para 16%. Os circuitos impressos passaram de 10% para 12%.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a medida permite aplicar, de forma estratégica, até 2015, alíquota do Imposto de Importação diferente das estabelecidas na Tarifa Externa Comum (TEC), conforme definido na Decisão Conselho Mercado Comum do Mercosul nº 57/10.

"A aplicação das exceções levou em consideração a estrutura tarifária das cadeias produtivas envolvidas e as diretrizes do Plano Brasil Maior. O objetivo é estimular a capacidade inovadora da produção nacional e fortalecer os setores de informática e de componentes eletrônicos, com produtos de alto valor agregado", disse o ministério em nota.

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012.

CAPA

Omar e Braga lideram defesa da zona franca

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que toda a bancada amazonense estará junta na luta contra a Adin movida pelo governo de São Paulo, no STF, contra a Zona Franca de Manaus. Omar Aziz chamou o governador Geraldo Alckmin de "ditadorzinho de republiqueta" e considerou sua atitude "mesquinha" para um homem que um dia "sonhou em ser presidente da República". **Política A5**

Manaus, quarta-feira, 22 de agosto de 2012.

Para Omar, governador de SP é um 'ditadorzinho'

Omar Aziz condena o que chamou de "atitude mesquinha" de um homem que um dia sonhou em ser o presidente do país

MÁRIO ADOLFO
Equipe EM TEMPO

O governador Omar Aziz (PSD) teve, ontem à noite, uma dura reação contra o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), dizendo que é inaceitável um homem, que um dia sonhou ser presidente do Brasil, pensar em destruir um outro Estado da Federação, ferindo de morte o seu mais importante modelo de desenvolvimento. "Aliás, o único que deu certo no governo da ditadura", salientou.

O desabafo foi feito ao EM TEMPO, quando o governador garantiu que o Amazonas está unido na luta contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), movida pelo governo do Estado de São Paulo no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Zona Franca de Manaus (ZFM).

"Como presidente de um partido como o PSDB, ele tinha obrigação de conhecer a nossa realidade", frisou Aziz.

Para Omar, Alckmin não quer somente questionar os incentivos fiscais de crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), concedidos às em-

presas instaladas na Zona Franca de Manaus, como alega a Adin.

"O que ele quer é simplesmente acabar com a Zona Franca, porque é um 'ditadorzinho de republiqueta'. Nós aqui no Amazonas não tomamos qualquer medida que possa prejudicar Roraima, Rondônia ou o Acre. Porque temos a consciência da realidade de cada um de nossos vizinhos e a consciência de que devemos ficar juntos, porque assim somos fortes. O governador de São Paulo não tem o direito de reconhecer a realidade econômica de um Estado como o Amazonas", disparou o governador.

Ele disse que não se trata de se preocupar com o que vai acontecer lá na frente, porque a Adin paulista não vai passar. No entanto, o que preocupa, segundo Aziz, é "a atitude mesquinha de Geraldo Alckmin, de um homem que um dia sonhou em ser o presidente da República".

O governador lembrou que o amazonense é sábio e já deu o troco a Geraldo Alckmin nas urnas, em 2008. "E vamos dar de novo, se for necessário e ele insistir no sonho de ser presidente", advertiu.



Governador diz que é inaceitável que queiram destruir o Estado

ALEX PAZZUELO/AGECOM

CMM aprova moção de repúdio

A Adin repercutiu na Assembleia Legislativa do Estado (Aleam) e Câmara Municipal de Manaus (CMM).

Para o deputado estadual Marcos Rotta (PMDB), a nova investida da administração paulista é mais uma tentativa de tirar do Estado as garantias legais e constitucionais do modelo Zona Franca, com mais de 40 anos de existência.

O petista José Ricardo afirmou que a medida de Alckmin pode ser cabível aos outros quatro Estados que a Adin contempla, além do Amazonas, como Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia, que não têm direito em conceder incentivos ou vantagens por meio do ICMS.

Na CMM, o petista Waldemir José aprovou uma moção de repúdio que deverá ser enviada ao endereço do tucano, em São Paulo.

O vice-líder do prefeito,

na casa, Homero de Miranda Leão (PHS), também lamentou atitude de Alckmin, destacando que a postura do tucano é contraditória à pretensão política dele em ser presidente da República. "É isso não tem nada a ver com partido, isso tem a ver com a genética dele (Alckmin), o problema é pessoal, é uma decisão pequena, de uma pessoa que já se propôs ser presidente do país", criticou.

Para Lúcia Antony (PCdoB), Alckmin é um governante que defende um desenvolvimento de concentração de renda. "Ele quer é mais uma vez continuar criando um país dos excluídos, onde o Sul e o Sudeste têm tudo e resto do Brasil não tem direito a nada. É uma atitude preconceituosa, racista e irresponsável para com o Brasil", disse.

***Colaboraram Áquila Sicsú e Meg Rocha**

Para Omar, governador de SP é um 'ditadorzinho' (continuação)

Bancada federal se defende

Parlamentares amazonenses criticaram e repudiaram, ontem, a iniciativa do governo de São Paulo. Muitos dos que se manifestaram aproveitaram para defender a bancada federal no Congresso Nacional e atribuem a ação como uma perseguição feita ao Amazonas por representantes do PSDB.

De acordo com o líder do governo federal no Senado, senador Eduardo Braga (PMDB), a ação movida pelo tucano, no último dia 13, no STF é mais um ato da "guerra fiscal" estabelecida pelo PSDB contra o Amazonas e que o benefício concedido ao Estado amazonense é constitucional.

Questionado sobre a defesa dos direitos amazonenses por parte da bancada federal em Brasília, de não ter agido a tempo para evitar mais esse confronto, Braga contestou e afirmou que essa "briga é jurídica". A senadora e candidata a prefeita da cidade, Vanessa Grazziotin (PCdoB), também defendeu seus colegas de bancada e afirmou que o grupo tem feito o possível para manter os incentivos fiscais ao Estado e que, essa atitude, somente mostra um ataque tucano. "O PSDB não está preocupado com o Brasil e sim com eles mesmos", criticou.

Adin é uma agressão ao Amazonas

Na opinião do deputado federal Francisco Praciano (PT), a Adin é uma agressão à Constituição Federal e que, cabe à bancada, neste momento, apoiar o governador Omar Aziz. "Temos que juntar forças com os governos do Estado e Federal. Porque não são 11 parlamentares que vão salvar a Zona Franca, e sim a união dos poderes", afirmou.

Pauderney Avelino (DEM) disse que agora só resta aos parlamentares lutar pela permanência da ZFM e usar a tribuna para atacar a Adin. "Como deputado eu vou usar a tribuna para falar tudo o que essa ação, uma vez ganha, pode causar ao Estado".

Artur diz que repudia ato de tucano

O ex-senador tucano Artur Neto se manifestou ontem a respeito da atitude de Alckmin e ressaltou que a Adin não é uma questão partidária e que não deve ser tratada como eleitoreira.

"Sou a favor da Zona Franca de Manaus e sempre serei contra quem atacar nosso modelo econômico, não importa a cor partidária".

Ele ressaltou que, mesmo sem ter uma tribuna no Congresso, tem voz, e que a bancada amazonense pode contar com ele. Artur ressaltou que, em menos de dois anos, o Amazonas já perdeu a indústria de tablets, e está perdendo o polo de DVDs e CDs, com a aprovação da PEC da Música.

Contexto

Chávez quer ferrovia Caribe-Manaus

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse que é preciso construir uma ferrovia que une o Caribe venezuelano ao rio Orinoco e ao Amazonas, até a Zona Franca de Manaus.

Ele também pediu a seus ministros que preparem "rapidamente" estudos para avaliar a construção de um porto no Atlântico a fim de facilitar o comércio marítimo com os países do Mercosul, bloco ao qual seu país se incorporou em 31 de julho.

— O que é preciso começar em breve é um porto. Eu quero que façamos um porto ali no Atlântico, debaixo do rio Orinoco —, disse Chávez, em mensagem transmitida obrigatoriamente por todos os veículos da imprensa nacional.

Estratégicos

Chávez disse que é preciso mandar fazer os estudos rapidamente porque não existe um porto no Atlântico.

Para ele, esses são projetos estratégicos e estruturais que não devem esperar mais, porque é preciso tomar, com a "maior seriedade" a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

— Isso nos permitirá sair ao Atlântico e ao sul, ao Brasil, à Argentina, ao Uruguai

Poderosos

Do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) sobre a luta contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), movida pelo governo do Estado de São Paulo no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Zona Franca de Manaus:

— Vamos lutar contra o Estado mais poderoso e rico do Brasil e contra o partido de maior oposição deste país, que é o PSDB!

Aposta na TV

Os marqueteiros da colig-

da Justiça Eleitoral, a coligação "Melhor pra Manaus" terá 12h45 no programa de televisão.

Grazziotin (PCdoB) também lidera o tempo de exposição por propaganda no rádio, com pouco mais de 12 minutos.

Minha vida

O candidato a prefeito, Henrique Oliveira (PR), afirmou que, se eleito, irá implantar o programa "Minha Casa Minha Vida", Municipal.

A ideia é desenvolver uma parceria com o governo federal, e elaborar uma política de desapropriação/ocupação de imóveis ociosos e desocupados.

Déficit

Henrique quer reduzir o déficit de moradias em Manaus, hoje próximo de cem mil moradias.

Ria

O programa eleitoral nem bem começou e já está fazendo o telespectador rir.

Ontem, estreou na políti-

pleito, eis que surge o candidato a vereador pelo PV, Amazonino Arruda.

O povo quer saber

Por que na reta final da administração, a Prefeitura de Manaus paga somente as mesmas empresas de sempre e deixa as outras, que também têm dinheiro para receber, a ver navios?

Cassação

Os ministros do Tribunal Eleitoral (TSE) estão com a alça de mira apontada para o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, e de seu vice, Francisco de Assis Gonçalves.

Eles poderão ser cassados em definitivo, sem direito a recurso, ainda neste segundo semestre.

Compra de votos

Anchieta e Gonçalves são acusados, pelo Ministério Público (MP), de compra de votos e uso da máquina estatal em favor da coligação liderada pelo PSDB ao governo local, nas eleições

ALEAM

Fieam recebe homenagem no aniversário de 52 anos

Ao completar 52 anos, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) foi homenageada, ontem, pelos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam).

Para o presidente da Fieam, Antônio Silva, a federação tem muito a comemorar, principalmente por sempre conseguir bater recordes e contribuir para a arrecadação do país. "Apesar da crise financeira mundial, nossas empresas conseguem bater recordes ano a ano. Tivemos muitas conquistas, mas ainda assim precisamos mais, principalmente em relação as questões ambientais", completou.

O autor da propositura, deputado Adjuto Afonso, disse que é preciso re-

conhecer a Fieam como legítimo canal de reivindicações dos interesses coletivos regionais, no qual estimula o crescimento do segmento

SUPERAÇÃO

Para Antônio Silva, mesmo com os efeitos da crise mundial, as indústrias amazonenses conseguem obter recordes e contribuir para a arrecadação do país

industrial e contribui significativamente para o desenvolvimento do Estado com a geração mais de 116 mil empregos diretos.

Editorial

Silêncio preocupante

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) de autoria do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, contra cinco Estados representam um golpe contra a economia do Amazonas, especialmente à indústria de Manaus. Apesar da gravidade da medida, os parlamentares do Estado no Congresso Nacional, ao que parece, não assimilaram a gravidade do

problema, pelo menos nos dois primeiros dias de trabalho em Brasília, depois de as ações terem vindo a público.

O DIÁRIO noticiou o fato na edição de domingo, 19, e o governador Omar Aziz reagiu à medida na segunda-feira. No Congresso, no entanto, nenhuma voz se ouviu sobre o problema. Só ontem o senador Eduardo Braga (PMDB) subiu à tribuna e fez um pronunciamento no Senado.

O Amazonas tem 11 representantes em Brasília (três senadores e oito deputados federais). Desses, quatro estão ocupados com a campanha eleitoral pela Prefeitura de Manaus. Os sete que não disputam cargo nestas

O Amazonas tem 11 representantes em Brasília. Quatro estão ocupados com a campanha eleitoral pela Prefeitura.

eleições, até ontem, com exceção de Braga, ou estavam ausentes de seus gabinetes ou não se interessaram pelo tema.

Não é a primeira vez que a bancada amazonense demonstra 'distração' em relação aos assuntos de interesse do Estado. Em outras ocasiões, como a PEC da Música e na MP dos Tablets, faltou sintonia entre deputados

Como o Amazonas não está só nessa batalha, certamente encontrará eco nos parlamentares de outros Estados.

e senadores amazonenses.

Apesar de não se tratar, no caso em curso, de assunto a ser decidido no Congresso Nacional, é no parlamento que se deve travar o debate político. Os deputados e senadores têm o dever de explicar ao País as necessidades que o Amazonas tem de incentivos fiscais diferenciados e denunciar o

uso de armas ilegais que o Estado de São Paulo utiliza na chamada guerra fiscal.

O silêncio dos parlamentares do Amazonas é preocupante. Eles foram eleitos para representar o Estado e a população, que depositou toda a confiança de que eles seriam seus defensores na difícil disputa política e econômica que se trava no País.

Como o Amazonas não está só nessa batalha (Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul também são alvos de ações de Alckmin), certamente os deputados e senadores encontrarão eco nos parlamentares de outros Estados.

Claro & Escuro

51,1

pontos foi quanto ficou o índice de produção industrial no Brasil, em julho, ante 45,5 pontos em junho, apontando um avanço da atividade da indústria, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

530

bens de capital, informática e telecomunicações tiveram o Imposto de Importação reduzido em 2%, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). As alíquotas originais dos produtos variavam entre 14% e 16%.

33

bilhões de reais foi quanto encerrou no primeiro semestre de 2012 o mercado de previdência privada aberta, um crescimento de 32% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, quando arrecadou R\$ 24,9 bilhões.

Amazonas prepara defesa contra ação paulista e articula audiência no STF

▼ Governo tentará encontro com os ministros do Supremo Tribunal Federal, na próxima semana

TEXTO Daisy Melo

MANAUS

O Governo do Amazonas tentará marcar uma audiência com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), na próxima semana, para apresentar uma minuta da defesa do Estado em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ingressada pelo governo paulista. A expectativa da Procuradoria Geral do Estado (PGE) é que a ação seja despachada pela ministra Rosa Weber neste mês e o Amazonas notificado em setembro.

“Técnicos da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda) e da

Antônio Silva.
Presidente da Fieam

A presidente Dilma (Rousseff) deu declaração preocupada com a situação. Vamos aguardar as medidas judiciais”



procuradoria estão elaborando uma defesa com explicações técnicas, que não pode ser feita com rapidez, mas com cuidado e clareza”, explicou o procurador-geral do Estado, Clóvis Smith. Segundo ele, uma minuta desse documento será entregue ao governador do Amazonas, Omar Aziz, para servir de subsídio na

audiência com os ministros.

Manifestações

O senador Eduardo Braga (PMDB) afirmou que espera contar com a ajuda da presidente Dilma Rousseff para enfrentar essa “perseguição paulista”. “Vamos mais uma vez cerrar fileiras em defesa do Po-

lo Industrial de Manaus, do trabalhador amazonense, contra essa ação que é desleal, desigual e desonesta, porque ela tenta confundir o supremo com os benefícios de um projeto, que é constitucionalmente amparado como a Zona Franca, com a ‘guerra fiscal’ de outros Estados e, isso, São Paulo

sabe, mas eles só pensam em nos destruir, acabar com nossas indústrias”.

Durante a sessão especial de comemoração dos 52 anos da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), o presidente da entidade, Antônio Silva, lembrou que não é a primeira vez que tentam prejudicar a economia do Amazonas. “A presidente Dilma deu declaração preocupada com a situação. Vamos aguardar as medidas judiciais”. Já a Câmara Municipal de Manaus aprovou, por unanimidade, uma Moção de Repúdio ao ato do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, na Sessão Ordinária de ontem.

Fala Sério

Calo no saco

Outro dia, um professor em greve da Ufam, que já foi candidato a reitor, estava no restaurante Calçada Alta, atracando com uma bacalhoada e uma garrafa de vinho branco, falando mal do governo – que ajudou a eleger – e com calo no escroto de tanto coçar o saco. Uma greve que está há três meses sem perspectiva de entendimento ou solução.



*** *** ***

Copy-cola

Conhecido por copy-cola, por não atribuir ao verdadeiro autor textos que sugere como seus, desde os tempos em que trabalhava em redação de jornal, o docente faz parte daquela categoria que aplaude paralisação por motivo de preguiça ou incapacidade de identificar soluções.

*** *** ***

Privilégios

O fato é que a greve já encheu o saco e abusou de seu direito de causar prejuízos e desconforto à população. Especialmente se for analisar o caso dos professores, considerando os privilégios das conquistas comparativamente aos ganhos auferidos pelas demais categorias.

*** *** ***

República sindicalista

O que esperar de um governo que transformou o país numa república de sindicalistas recalados, que tomaram de assalto a máquina pública e propiciaram ao mundo um exemplo de roubo coletiva, ora em julgamento pela Suprema Corte do Brasil?



Fala Sério (continuação)

Canalha paulista

E por falar em ZFM, a canalha paulista se levanta mais uma vez contra o modelo econômico regional. O estado de São Paulo, responsável por 40% da economia do país. Eles reclamam dos incentivos fiscais dados pelo Amazonas. Querem ganhar muito e sozinhos.



Ninguém merece

• E pensar que, de cada 1 dólar comprado de insumos no exterior, a ZFM adquire US\$ 3,5 no mercado paulista, gerando emprego e renda local.

• E quase toda a mercadoria produzida na ZFM é distribuída e/ou consumida no Estado, gerando renda e oportunidades para SP.

• Mesmo assim, há 45 anos a canalha da Avenida Paulista trabalha dia e noite pra implodir a economia e o interesse público do Amazonas.

• Não fosse a obstinação, garra e desaforo da resistência local, há muito a ZFM seria um porto de lenha pra servir barco a vapor...que não mais existem.